

Vencimentos têm reajuste de 38%

Em sessão tumultuada que terminou em vaias e gritos de protestos de parlamentares do PSDB, PDT e PT, a Mesa da Câmara aprovou, por votação simbólica, um decreto legislativo dando 38 por cento de aumento passando o salário dos atuais NCz\$ 5.975,66 para mais de NCz\$ 7.757,33 mensais para deputados e senadores. Nessa mesma sessão de ontem à noite, as lideranças partidárias não conseguiram chegar a um acordo para votar uma lei salarial para os trabalhadores, nem fixar o salário mínimo e suas regras de reajuste mensal.

Os três assuntos constavam da ordem do dia, sendo que os projetos sobre salário mínimo e reajustes salariais dos trabalhadores foram retirados da votação, por falta de acordo. Nesse momento, em rápida manobra, o presidente em exercício, deputado Inocêncio de Oliveira, colocou em votação o aumento dos parlamentares, considerando definida a questão porque não houve pronta rejeição por parte do plenário. Quando o deputado Virgílio Guimarães (PT/MG) pediu verificação pelo painel eletrônico, Inocêncio

considerou "intempestiva" a questão de ordem, porque já havia anunciado o resultado simbólico.

Assim, numa mesma sessão, a Câmara não conseguiu definir um salário mínimo entre NCz\$ 110,00 e NCz\$ 130,00 para o trabalhador, mas decidiu dar reajuste retroativo a primeiro de janeiro, dos 38 por cento que estavam pendentes desde esta data. Tudo começou quando o Congresso fixou novos tetos de remuneração para parlamentares, no dia 1º de dezembro último, de acordo com a nova Constituição, estabelecendo vinculação com os vencimentos do funcionalismo federal. Como em primeiro de janeiro, o funcionalismo público teve um reajuste de 64 por cento, para compensar perdas salariais durante 1988, o senador Fernando Henrique Cardoso entendeu que, nesse caso específico, os parlamentares não deveriam receber este aumento, mas somente ter direito à URP do mês, 26 por cento. Seu decreto legislativo foi aprovado por unanimidade no Senado, no último dia de sessão, 15 de dezembro.

Para vigorar, teria que ser acatado pela Câmara dos Deputados, mas desde fevereiro este assunto "rola" sem ser colocado em votação. Aproveitando o ensejo da votação do mínimo e da lei salarial, a Mesa colocou o decreto na ordem do dia, havendo acordo de lideranças para examinar primeiro as questões salariais globais. "Ao desrespeitar este acordo, o deputado Inocêncio de Oliveira deixa mal todos os parlamentares, mesmo aqueles que discordavam da concessão deste aumento", disse o deputado Euclides Scalco (PSDB/PR).

Agora, não somente os parlamentares terão direito ao reajuste de 38 por cento, como deverão receber os atrasados relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Por um acordo entre as Mesas do Senado e da Câmara, houve uma suspensão do pagamento do reajuste global de 64 por cento, enquanto se esperava uma decisão final sobre o assunto. Nesses meses, os parlamentares receberam apenas os 26 por cento relativos à URP. Portanto, em maio, farão jus aos reajustes retroativos.